



## **AGRO-ENERGIAS-NEGÓCIOS NOS CERRADOS<sup>1</sup> BAIANOS: O CERCAMENTO E AS R-EXISTÊNCIAS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS GERAIZEIRAS**

Valney Dias Rigonato <sup>2</sup>

### **RESUMO**

Esse artigo buscou analisar as formas de r-existências das comunidades tradicionais Geraizeiras diante do *front* da fronteira neoextrativista das paisagens dos Cerrados na mesorregião do Extremo Oeste da Bahia. A metodologia utilizada foi a geocologia de saberes que buscou valorizar o diálogo de saberes autóctones e os saberes racionais dos sujeitos e grupos de sujeitos nos territórios vividos das comunidades tradicionais Geraizeiras. Os resultados apontam para a hibridização no *front* da fronteira agrícola para o agro-energias-negócios diante das inúmeras alterações ambientais e possível escassez da água do rio Guará e no rio Preto. Também que a r-existência do Geraizeiros(as) ocorre no seio dos seus modos de vida pelo associativismo, pela transição agroecológica, pela produção de artesanato e pelo redimensionamento das lavouras de rego das áreas de vereda para as áreas de agroecologia nos terraços, bem como pela conquista dos títulos dos seus territórios de vida.

**Palavras-chave:** agro-energias-negócios, comunidades tradicionais e r-existências.

### **AGRO-ENERGIAS-BUSINESS IN THE BAYAN SAVANAS: THE SURROUNDING AND THE R-EXISTENCES OF TRADITIONAL GERAIZEIRA COMMUNITIES**

#### **Abstract**

This article seeks to analyze the forms of r-existence of traditional Geraizeiras communities in front of the neo-extractivist frontier of the Savannas landscapes in the mesoregion of the Far West of Bahia. The methodology used was the geocology of knowledge, which sought to enhance the dialogue of indigenous knowledge and the rational knowledge of subjects and groups of subjects in the territories lived in the traditional Geraizeiras communities. The results point to the hybridization in the front of the agricultural frontier for the agro-energy-business in face of the countless environmental alterations and possible shortage of water in the Guará and Preto rivers. Also that the re-existence of Geraizeiros occurs within their ways of life through associations, the agroecological transition, the production of handicrafts and the resizing of irrigation crops from the footpath areas to the agroecology areas on the terraces, as well as for the conquest of the titles of their territories of life.

**Keywords:** agro-energy-business, traditional community and r-existences.

---

<sup>1</sup> Cerrado no plural será utilizado em todo o texto devido a diversidade e as riquezas geográfica das paisagens, territórios e fitofisionomias que coexistem os domínios morfoclimáticos e/ou da natureza dos Cerrados.

<sup>2</sup> Licenciado, mestre e doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – GO e professor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação de Ensino da Universidade Federal do Oeste da Bahia. [valney.rigonato@ufobo.edu.br](mailto:valney.rigonato@ufobo.edu.br)



## INTRODUÇÃO

O processo de modernização da agricultura nas áreas dos Cerrados na Bahia, Brasil se complexificou com a inserção da lógica pós-neoliberal e, mormente, com o neoextrativismo (SVAMPA, 2019). A fronteira agrícola que se expandia com os condomínios agrícolas e a produção de *commodities* agrícolas, passou a explorar em seu *front* outras *commodities* de exploração de energia fotovoltaicas (grandes parques produtivos), termelétricas e pequenas centrais hidrelétricas.

Há uma espécie de combo de *commodities* impulsionada pela financeirização das terras, pela produção de grãos e, mais recente pela produção de energias renováveis (Termoelétricas, Usinas Fotovoltaicas, Pequenas Centrais Hidrelétricas) intensifica a grilagem de terras, a grilagem verde e o cercamento dos territórios vividos pelas comunidades tradicionais geraizeiras nos Cerrados baianos.

Diante disso, a pesquisa objetiva analisar as r-existências das comunidades tradicionais Geraizeiras no médio vale do rio Guará, São Desidério, BA e do alto vale do rio Preto Formosa do rio Preto diante da estruturação da agro-energias-negócios na expansão das *commodities* nas áreas do *front* da fronteira neoextrativismo (Svampa, 2019) de ocupação dos cerrados baianos.

A relevância social deste trabalho é contribuir para pensar as formas de r-existências das comunidades tradicionais Geraizeiras na mesorregião do Extremo Oeste da Bahia diante do *front* da fronteira agrícola nas áreas dos Cerrados baianos. Já, no plano acadêmico, a pesquisa pode somar esforços nas análises das territorialidades de r-existências das comunidades tradicionais em frente ao avanço do processo de hibridização de *commodities* do agro-energias-negócios.

## METODOLOGIA

A metodologia é substanciada pela leitura da Geografia humana, em especial da Geografia de/em Transição que busca por meio da geocologia de saberes, (RIGONATO, 2017). Geocologia de saberes foi inspirado em Boaventura Santos (2010), a partir da “ecologia de saberes” e Leff (2004), que apresenta o diálogo de saberes. Dessa forma,



busquei e busco valorizar os saberes em suas espacialidades diante da homogeneização dos conhecimentos científicos. Assim, o diálogo de saberes entre os saberes racionais e os saberes autóctones, os saberes ambientais arraigados culturalmente nos sujeitos e grupos nos diversos lugares das paisagens dos Cerrados. Com isso, os passos metodológicos buscaram ultrapassar a superficialidade da vida cotidiana para analisar e traduzir as formas de r-existências diante das mutações no front da fronteira agrícola nos Cerrados baianos. As técnicas de pesquisa utilizadas foram: pesquisa bibliográfica, levantamentos de dados em instituições governamentais e do setor do capital agrícola, diálogo de saberes com as comunidades tradicionais geraizeiras e trabalhos empíricos nas áreas dos territórios vividos nos Cerrados baianos. Ressalto aqui que todos os procedimentos metodológicos estão em consonância com a Resolução nº 510/2016.

## REFERENCIAL TEÓRICO

As evidências demonstram que essas comunidades Geraizeiras habitam o médio vale do rio Guará e do rio Preto há mais de dois séculos. Nos últimos anos, especialmente, a partir de 1970 (HAESBAERT, 1995) e, depois do Código Florestal, elas perpassam por várias pressões em seus territórios vividos. Com o advento do século XXI, os seus territórios enfrentam construção da ferrovia Leste-Oeste, há implementação de lavouras de eucalipto para combustível em termoelétrica, grilagem verde e pressões devido às possibilidades de construção de PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas.

Diante da lógica da inserção do capital internacional interligado com o capital nacional pode-se afirmar que essa porção territorial instaura um processo intensivo de exploração dos bens naturais (neoextrativismo). Dentro de uma lógica contraditória de estruturação de uma cultura ecológica, (ALMEIDA, 2003; 2008) pelas comunidades tradicionais geraizeiras. Já, para Frederico (2010), isso ocorre no *front* agrícola o qual há constantes territorialidades conflitantes nas áreas dos Cerrados.

Essas territorialidades no front da fronteira agrícola observa-se empiricamente que a tese do agro-hidro-negócios (MENDONÇA, 2004) que a questão agrária e a ocupação do front da fronteira agrícola no Cerrado baianos estaria circunscrita a construção das PCHs, da disponibilidade de água nos rios e no subsolo do aquífero Urucuia. Todavia, a minha observação levou-me a ousar e afirmar que a questão agrária



nos Cerrados baianos já demonstra no *front* da fronteira da agrícola neoextrativista, junto ao “pacto das *commodities*” uma nova lógica a qual não desvaloriza a ocupação desigual dos bens naturais deste território mas, o incorpora na lógica da produção de energias - Termelétricas e Usinas Fotovoltaicas - na expectativa de garantir a qualquer custo e preço ambiental (crise ambiental) o avanço da maldita fronteira para os 50% restante da biodiversidade nativa dos Cerrados.

O setor agropecuário interligado ao modelo do agronegócio nos territórios dos Cerrados baianos têm conhecimento científico e empírico que as águas já não compõem um elemento de apropriação seguro do capital nacional e internacional. Os seus agentes sabem que as águas que existem no subsolo e as águas superficiais são constantemente usurpadas e exportadas virtualmente para outros países. Desse modo, dentro da lógica do Estado-Nação-Colonialista e, mormente do neoextrativismo, o setor agropecuário inaugura um combo de commodities: agro-energias-negócios, (RIGONATO, 2017).

Mesmo diante dessas manifestações do capital nacional e internacional no *front* da fronteira agrícola, do cercamento territorial, da escassez dos bens naturais é possível perceber o processo de luta, de resistência e da procura de novas formas de existências nas paisagens e territórios vividos pelas comunidades tradicionais.

Na visão de Porto-Gonçalves (2006; 2002) esse processo de existência se revela como r-existência:

Aqui, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinação matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre duas lógicas. (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 165)

Como se vê, há territorialidades que tornam possível afirmar uma nova leitura de resistência, considerando os saberes, as vivências, os modos de vida das comunidades geraizeiras diante da *front* da fronteira agrícola dos Cerrados baianos. Para o autor supracitado, as comunidades estruturaram suas territorialidades entre a lógica imposta pelas ações de “ordem moderno-colonial” e a lógica decorrente das territorialidades mais autóctones. Em síntese, as comunidades tradicionais em suas territorialidades há ressignificações do existir, inclusive diante de lógicas perversas do Agroterrorismo.



Por último, suas r-existências são fortalecidas, recriadas e expandidas dentro das territorialidades do *front* da fronteira agrícolas nas áreas dos Cerrados baianos e, mormente do MATOPIBA.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aqui é importante situar os leitores que essa pesquisa é realizada nas áreas dos Cerrados baianos que se encontram na mesorregião do Extremo Oeste da Bahia, especialmente com observações empíricas em dois territórios vividos pelas comunidades Geraizeiras do médio vale do rio Guará, São Desidério, BA e do alto vale do rio Preto Formosa do rio Preto, BA.

As paisagens e os territórios dos Cerrados na mesorregião do Extremo Oeste da Bahia passam por profundas mudanças há mais de 50 anos. Ela é composta por 24 municípios nas áreas dos Cerrados e na transição Cerrado/Caatinga. Há uma população de aproximadamente 643 487 habitantes, segundo o IBGE, 2021. Ela compõe dois territórios de identidade no território baiano: a setentrional o território da bacia do rio Grande e a meridional o território da bacia do rio Corrente.

Essas mudanças provocaram alterações ambientais significativas na dinâmica ecológica, social, economia, política e cultural na mesorregião, expansão das áreas agrícolas e cercamento dos territórios vividos. Tudo isso, se desdobrando em implicações para os Cerrados e, por sua vez, para a gestão das águas e da biodiversidade.

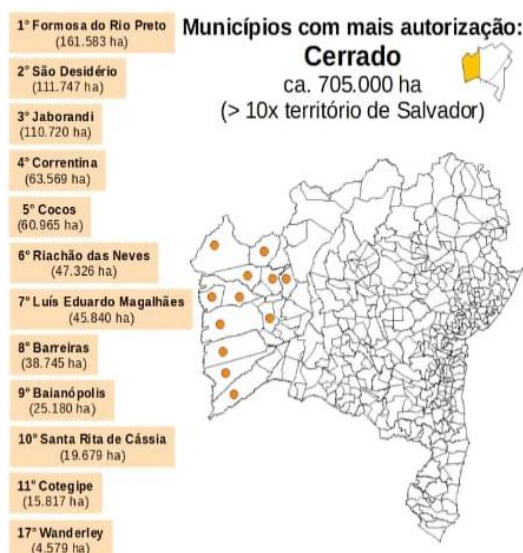
Todavia, não podemos esquecer que os Cerrados são detentores da riqueza em biodiversidade, em espécies endêmicas, bem como pela sua importância para o abastecimento hídrico do território brasileiro. Infelizmente, devido ao modelo de desenvolvimento da fronteira agrícola neoextrativista com poucas preocupações com a preservação e conservação ambiental, o *front* da fronteira estabeleceu usos e ocupações muito agressivo, sobretudo à montante (nos Gerais).

Fato que o coloca enquanto um dos *Hotspots* brasileiros o qual passou a ser objeto de preocupação ambientais de instituições nacionais e internacionais, inclusive da justiça brasileira. Uma vez que os Cerrados se encontram no dilema de conciliar o papel de grande produtor de commodities de grãos, algodão etc. Para Aubertin, (2013) e



WWF<sup>3</sup>, (2018; 2021) os Cerrados perpassam por um dilema que é conciliar esse papel com crescimento econômico e ser um exemplo de sustentabilidade socioambiental.

Essas alterações e degradações são legitimadas pelo desmatamento (supressão de vegetação) pelo Estado da Bahia, no caso da mesorregião do Extremo Oeste da Bahia, como se observa na figura a seguir:



Fonte: Diário Oficial da Bahia, 2021.

Para melhor, visualizar esse dilema é importante atentarmos para os dados de supressão de vegetação, que mesmo sendo exorbitantes na década passada, continuam de forma intensa nesta década, conforme o quadro 01 a seguir:

**Quadro 01: Supressões de vegetação autorizada pelo governo do Estado da Bahia no Diário Oficial da Bahia, entre 2010 a 2020.**

Rank na Bahia	Municípios da Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia	Supressão de vegetação do Cerrado
1º	Formosa do Rio Preto	161.583 ha
2º	São Desidério	111.747 ha
3º	Jaborandi	110.720 ha
4º	Correntina	63.569 ha
5º	Cocos	60.965 ha
6º	Riachão das Neves	47.326 ha
7º	Luís Eduardo Magalhães	45.840 ha
8º	Barreiras	38.745 ha
9º	Baianópolis	25.180 ha
10º	Santa Rita de Cássia	19.679 ha

<sup>3</sup> [https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/areas\\_prioritarias/cerrado/](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/cerrado/). Acesso: 14/11/2021.

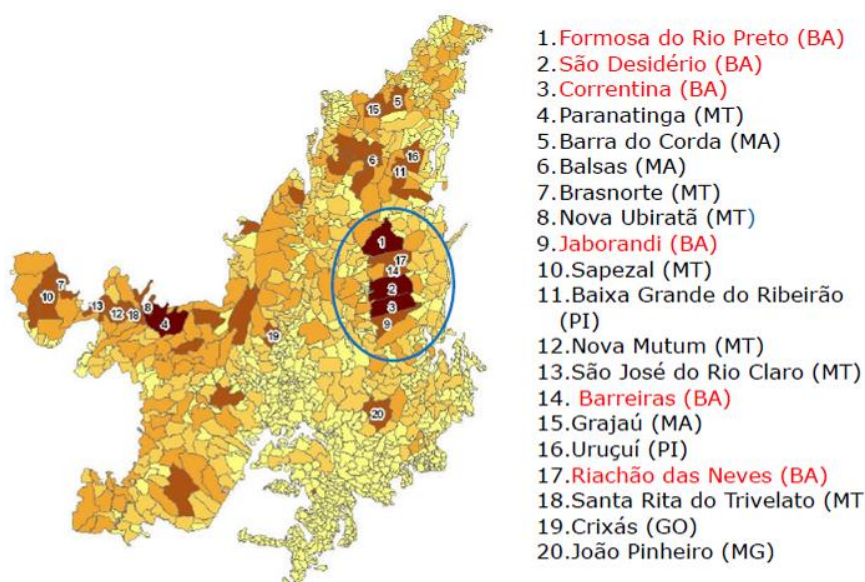


11°	Cotegipe	15.817 ha
17°	Wanderley	4.579 ha

Fonte: Bahia. Diário Oficial do Estado da Bahia. Tabulação: Rigonato, 2021.

Nota-se no quadro acima que de janeiro de 2010 a junho de 2020 foram desmatados 705.750 mil hectares de Cerrado nos 12 municípios rank em desmatamento na mesorregião do Extremo Oeste da Bahia e, mormente no Estado da Bahia. Diante deste cenário regional, cabe frisar que desde 2002 os municípios baianos já ocupavam os lugares de destaque entre aqueles que mais desmatavam o Cerrado, conforme Figura 01 abaixo:

**Figura 01: Municípios com remanescente do Cerrado sob intensa pressão de desmatamento entre 2002 à 2008**



Fonte: <http://www.mma.gov.br/florestas/control-e-preven%C3%A7%C3%A3o-do-desmatamento/plano-de-a%C3%A7%C3%A3o-para-cerrado-%E2%80%93-ppc cerrado>. Acesso: 29/10/2021

Os dados apresentados no intervalo entre 2002-2008 podem parecer desatualizados, mas são ilustrativos para percebermos a persistência da supressão da vegetação na região supracitada. No entanto acredita-se, que diante das constantes disputas entre ambientalistas e o agronegócio, as vésperas da aprovação do novo Código Florestal (Lei 12.651, de 25 de maio de 2012) tenha havido significativo avanço do desmatamento na mesorregião do Extremo Oeste da Bahia. Segundo o relatório da AATR (2021), 58% do desmatamento ilegal foi legalizado pela referida lei.

Como se vê no cartograma acima, dos vinte municípios com os maiores índices de desmatamento em área de Cerrado, a mesorregião do Extremo Oeste da Bahia se destaca com oito municípios. Tal realidade da persistência da liberação de supressão de



vegetação pelo estado da Bahia, bem como do avanço do *front* da fronteira sobre as áreas remanescentes de vegetação natural dos Cerrados nos municípios desta mesorregião.

Recentemente, a pesquisa realizada pela equipe de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia em parceria com a Frente Parlamentar Ambientalista da Bahia, de janeiro de 2010 a junho de 2020 os municípios da mesorregião do Extremo Oeste da Bahia tiveram o desmatamento de 45.343 hectares, autorizado pelo próprio estado da Bahia.

Desse modo, torna-se importante refletir que o desmatamento é legalmente, porém ele pode ocasionar alterações ambientais no equilíbrio hídrico, diminuição da evapotranspiração e, por sua vez, mudanças nos microclimas e no clima regional. Tais dados levam-nos a deduzir que muitas das áreas desmatadas outrora são mal manejadas e junto com esse avanço podem impactar ainda mais o equilíbrio ecológico, social e econômico na região. Infelizmente, os primeiros lugares e grupos a sofrerem com essa perda de equilíbrio são as comunidades tradicionais de Geraizeiros(as) em seus territórios vividos nos fundos dos vales das paisagens de Cerrado.

Como já foi mencionado, a mobilidade do *front* da fronteira agrícola neoextrativista sobre as áreas de remanescentes de vegetal natural foi e é muito intensa em pleno século XXI. Ela se propaga com a omissão proposital do Estado-Nação-Colonialista, impulsionada pela inserção de capitais nacionais e internacionais dentro da lógica neoextrativista de exploração dos bens naturais na América Latina, (Svampa, 2019).

A maior evidência da expansão do *front* da fronteira da agrícola neoextrativista nos Cerrados baianos pode ser observada na evolução das áreas produtivas, conforme as apresentadas no Quadro 02 a seguir:

**Quadro 02: Evolução das áreas cultivadas nos Cerrados Baianos de 2005/06 a 2020/2021**

Ano Agrícola	Culturas/Área (mil ha)					Total
	Soja	Milho	Algodão	Café	Outros	
2005/2006	870.000	126.000	216,3	14,300	-	1.253,30
2006/2007	850.000	166.000	276,8	11,000		1.303,80
2008/2009	982.900	180.000	261,7	11,700	-	1.436,30
2009/2010	1.050,000	170.000	242,9	12,900	275,80	1.751,60
2010/2011	1.100,000	153.000	370,8	14,800	217,02	1.855,60
2011/2012	1.150,000	252.500	387,1	15,500	139,50	2.037,00
2013/2014	1.310,000	265.000	308,0	14,700	383,20	2.280,900
2014/2015	1.420,000	220.000	290,0	14,700	382,40	2.327,100





2015/2016	1.520,000	135,000	240.000	10.000	400,000	2.329,000
2016/2017	1.580,000	180,000	192,000	11.362	397.000	2.360.362
2017/2018	1.600,000	140,000	263.700	11.306	400.000	2.415.006
2018/2019	1.580,000	150,000	331,000	9.000	375.000	2.445.000
2019/2020	1.620,000	160,000	315,000	10.000	375.000	2.480.000
2020/2021	1.700,000	170,000	268,350	6.250	375.000	2.519.600

Fonte: <https://aiba.org.br/levantamento-de-safra/>. Acesso: 02/11/2021 Tabulação: Rigonato, 2021.

Como se observa no quadro acima, do ano de 2005/2006 a 2020/2021, as áreas plantadas nos Cerrados baianos passaram de 1.253,300 mil hectares para 2.519.600 milhão de hectares. Em 15 anos, houve o acréscimo de 1.266.300 milhão de hectares, sendo um crescimento de mais de 50%. Esses dados revelam um crescimento contínuo da ocupação antrópica sobre as áreas dos Cerrados e, conseqüentemente, dentre inúmeros problemas sociais e ambientais que podem ser destacados, como a redução da infiltração e abastecimento do aquífero Urucuaia, conforme aponta (GASPAR, 2007) em pesquisas nestas áreas agriculturáveis da mesorregião do Extremo Oeste da Bahia.

Outro fenômeno do modelo do avanço do *front* da fronteira agrícola que agrava ainda mais os usos dos bens naturais dos Cerrados baianos são das áreas irrigadas. Segundo os dados Agência Nacional de Águas-ANA, só nesta mesorregião há mais de 1400 pivôs centrais, um quadro preocupante para o equilíbrio hídrico, conforme pode observar na figura 00 a seguir:

**Figura 02: Distribuição dos pivôs Centrais nas áreas dos Cerrados baianos - ANA, 2019**



Fonte: Google Earth, altitude, imagem do Landsat/Copernicus, set de 2021.



As evidências das pesquisas e empíricas apontam que esse cenário está alterando a dinâmica natural de infiltração da água, há indícios de aumento da perda de água para atmosfera por evaporação das águas dos pivôs, o uso dos agroquímicos aumenta os riscos de contaminação do lençol freático devido às áreas de plantio sobre as áreas de recarga do Aquífero Urucuia. Esse desequilíbrio se torna mais evidente nos períodos de estiagem nos Cerrados baianos<sup>4</sup>.

Mesmo assim, há na mesorregião do Extremo Oeste da Bahia um forte investimento em obras hídricas, canais, poços tubulares profundos, reservatórios (piscinões), bem como o projeto de alojar o Primeiro Polo Regional de Irrigação<sup>5</sup>. Todas estas infraestruturas visam dar garantias aos empreendedores diante as mudanças climáticas, ocasionadas não apenas pelo aumento das áreas agricultáveis nos Cerrados, mas, pelo aumento do desmatamento, das queimadas na Caatinga, na Amazonia, no Pantanal e na Mata Atlântica. Já, as comunidades tradicionais, os pequenos agricultores e os assentados rurais ficam mais expostos aos eventos extremos das mudanças climáticas<sup>6</sup>.

Bono (2012), Spera (2016) e Cunha (2017), ao analisarem os impactos do desmatamento nos Cerrados baianos, discutem também a diminuição da infiltração e da evapotranspiração, sobretudo, nos períodos críticos de umidade relativa do ar. Para os pesquisadores citados, essas alterações são responsáveis pela mudança do início da estação chuvosa nas áreas dos Cerrados baianos.

Essas degradações ambientais são tão evidentes que o programa do Globo Rural da Rede Globo<sup>7</sup> chegou a divulgar uma lista dos rios que já secaram, e outros que correm esse risco, em decorrência do desmatamento desordenado; do soterramento de nascentes; retirada de grandes volumes de águas para irrigação. Aqui é importante destacar que há relatos orais de migração de nascentes, bem como de redução da quantidade de água nos rios afluentes do rio Grande, do rio Guará e do rio Preto.

---

<sup>4</sup> Esse desequilíbrio afeta não só as lavouras de rego das comunidades tradicionais Geraizeiras, mas, também vem afetando os projetos da PCHs. Há evidências que a PCH Santa Luzia que encontra em faz de execução no médio vale do rio Grande já passou por reformulações em seu projeto devido a redução da vazão do rio Grande.

<sup>5</sup><https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/oeste-da-bahia-abriga-primeira-unidade-de-referencia-em-producao-irrigada-do-brasil>. Acesso: 23/10/2021.

<sup>6</sup> Há relatos dos coletores(as) de sementes que as sementes das árvores nativas dos Cerrados reduziram 50%, pois elas não estão granadas no período da colheita.

<sup>7</sup> <https://globoplay.globo.com/v/1990138/>. Acesso: 15/11/2021.



Ainda de acordo com Barbosa (2007) esse processo não é recente:

*“A partir da década de 1970, as áreas dos chapadões onde se situam as nascentes e os cursos médios desses rios vêm sofrendo uma grande transformação, com a retirada da vegetação natural para a plantação de grãos e outras plantas exóticas. Este fato tem impedido a realimentação normal dos aquíferos, contribuindo para o desaparecimento de inúmeros afluentes menores e a diminuição drástica do volume dos cursos maiores. Em outras palavras, o sistema de capilaridade aquosa está sendo drasticamente afetado. (idem, 2007, p.96).*

Há realmente uma redução das águas dos rios principais e morte dos seus tributários na mesorregião do Extremo Oeste da Bahia, como pode ser visto nas Teses de Doutorado de Sobrinho (2015) e Cunha (2017). Das pesquisas realizadas por eles há uma lista de rios que já secaram na bacia hidrográfica do rio Corrente e da bacia hidrográfica do rio Grande. Aqui iremos destacar apenas os rios da bacia do rio Grande, conforme o quadro 03 a seguir:

**Quadro 03: Lista de rios que secaram na mesorregião do Oeste da Bahia e, especialmente na bacia hidrográfica do rio Grande nas últimas décadas do século XXI.**

Bacias	Rios Mortos no Oeste da Bahia	Municípios
Bacia do rio Grande	Rio dos Cachorros	Luís Eduardo Magalhães
	Riacho Redenção	Angical
	Riacho da Malhadinha	Formosa do Rio Preto
	Riacho da Comunidade do Arroz	Formosa do Rio Preto
	Riacho dos Porcos	São Desidério
	Rio Triste e Feio	São Desidério
	Rio Ponta D'Água	São Desidério
	Vereda do Anastácio	São Desidério
	Riacho da Cabeceira Grande	São Desidério

Fonte: Sobrinho (2015) e Cunha (2017).

Aqui cabe destacar que durante a realização dos trabalhos empíricos na bacia hidrográfica do rio Grande, especialmente no rio Guará e Preto, junto com as populações tradicionais foi possível presenciar relatos que denunciam que anteriormente estes rios e seus afluentes possuía muito mais água e mais afloramento de água nas áreas de nascentes.

Como vimos nas pesquisas supracitadas, há redução da vazão dos rios e até a morte dos rios da bacia hidrográfica do rio Grande. Elas afirmam em sua maioria que as águas desses rios maiores ainda não secaram devido os processos de recarga das águas subterrâneas do aquífero Urucuia. Todavia, aqui está a evidência do próprio setor do



agronegócio nas áreas do Cerrado, investir junto com o capital nacional e internacional, nas energias renováveis, conforme será mais bem discutido neste texto.

Infelizmente há cenários de alterações ambientais que se avolumam constantemente pelo modelo do agronegócio, pelas ações dos pequenos agricultores e pelo crescimento desordenado das cidades. Este se agrava devido a omissão proposital das instituições ambientais estatais em fiscalizarem e, principalmente por não normatizarem o processo de uso e ocupação dos Cerrados.

Como mencionado, a totalidade da produção agrícola na mesorregião do Extremo Oeste da Bahia é realizada nas áreas de recarga do aquífero Urucuia, que segundo a ANA representam 67% da área total do aquífero, sendo os outros 33% áreas de descargas, ou seja, os vales dos rios. Eis aí um dos principais “gargalos” do agronegócio, pois 80 % das áreas dos Cerrados brasileiro são Chapadas e Chapadões, e é justamente nestas áreas, que por serem planas são mais interessantes para o modelo agrícola atual. Aqui é importante ressaltar que historicamente as áreas com os melhores índices pluviométricos são aquelas que margeiam uma faixa de norte a sul da serra Geral na divisa de Goiás com a Bahia.

Diante deste contexto, outra alteração que provoca o cercamento dos territórios vividos pelos Geraizeiros(as) é a concentração da estrutura fundiária da mesorregião do Extremo Oeste da Bahia. Ela é concentrada na faixa de imóveis de 500 a 10.000 e acima de 10.000 hectares, correspondendo 85,68% das terras. Todavia, os 14,32% das terras representam 89,97% dos imóveis, conforme observa no quadro 00.

#### **QUADRO 04 - Estrutura Fundiária da Região do Extremo Oeste do Estado da Bahia - 2017**

Classes	Total de imóveis	%	Área total (ha)	%
De 10 a menos de 100	11.438	71,70	376.365	5,75
De 100 a menos de 500	2.914	18,27	561.389	8,57
De 500 a menos de 10.000	1.463	9,17	3.013.029	46,02
De 10.000 e mais	137	0,86	2.596.575	39,66
Totais	15.952	100	6.547.358	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017.



Denota-se que características semelhantes, porém com mais concentrada de terras do que nos demais municípios que compõem a mesorregião do Extremo Oeste da Bahia, conforme quadro 05.

**Quadro 05 - Estrutura Fundiária dos Municípios do Território de Identidade Bacia do Rio Grande - 2017**

Classes	Total de imóveis	%	Área total (ha)	%
De 10 a menos de 100	5.497	65,98	187.395	4,32
De 100 a menos de 500	1.679	20,15	331.608	7,64
De 500 a menos de 10.000	1.068	12,82	2.240.065	51,63
De 10.000 e mais	87	1,04	1.579.189	36,40
Totais	8.331	100%	4.338.257	100%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017.

Essa realidade é um dos desafios para garantir a distribuição de renda e o desenvolvimento sustentável. De acordo com os dados do CEFIR (2021), demonstra que muitas das áreas de APP (Áreas de Proteção Permanentes) ou outras possuem degradações ambientais. Em síntese, possui áreas degradadas as quais precisam de recuperação para sanar os passivos ambientais, conforme o quadro 06

**Quadro 06 – Municípios do território de identidade da bacia do rio Grande com imóveis com passivo ambiental, CEFIR, 2021.**

Municípios	Áreas com passivo ambiental			
	Abaixo de 4 módulos		Acima de 4 módulos	
	Imóveis (n)	Área (há)	Imóveis (n)	Área (há)
Riachão das Neves	842	17.193,974	81	80.426,583
Barreiras	1.087	13.691,938	107	103.080,371
São Desiderio	755	12.035,316	118	148.442,825
Luís Eduardo Magalhães	88	3.897,378	67	52.467,469
Formosa do Rio Preto	313	9.441,567	73	83.906,401
<b>Total</b>	<b>3.085</b>	<b>56.260,173</b>	<b>446</b>	<b>468.323,649</b>



Fonte: <http://www.inema.ba.gov.br/programas/car-bahia-cefir/>. Acesso: 30/10/2021.

Observa-se, portanto, que há passivos ambientais nos dois grupos. O passivo ambiental está presente em 3.531 dos 8.331, correspondendo mais de 25% dos imóveis com passivos ambientais. Revelando a permanente desordem ambiental do avanço do *front* da fronteira agrícola neoextrativista.

Tal situação poderá contribuir para redimensionar as alterações ambientais do avanço da fronteira agrícola, com poucas medidas mitigadoras e alterações ambientais se agravam ainda mais nos Cerrados baianos, onde há muitos passivos ambientais e as áreas de reservas ambientais são quase inexistentes e as Áreas de Preservação Ambiental-APAS do rio de Janeiro, do rio Preto e as áreas de Refúgio de Vida Silvestre das Veredas do Oeste Baiano “são áreas de proteção ambiental no papel” e ainda há uma necessidade de implantação legal (PAULA JÚNIOR, 2010, p. 124). Ou seja, contraditoriamente, a mesorregião que é considerada como prioritária para a conservação das águas da bacia do rio São Francisco e para a conservação da biodiversidade tem sido alvo de uma ocupação rápida e com pouco planejamento estatal.

Esses cenários levaram o filho de Correntina e Antropólogo Altair Sales Barbosa a afirmar que o “O Cerrado acabou!”. Também no I Congresso da UFOB a dizer “se não tiver Moratória do Cerrado, ou seja, desmatamento zero<sup>8</sup>”. Para o autor, será difícil até de garantir o mínimo de reserva biológica de espécies dos Cerrados, tendo em vista o funcionamento biogeográfico que é integrado em suas múltiplas fitofisionomias e fauna. Desse modo, Altair Sales Barbosa assevera que se continuar o aniquilamento de forma homogênea das paisagens naturais dos Cerrados, os seus domínios geoecológicos serão desconectados de forma irreversível.

Barbosa ao falar dos Cerrados brasileiros faz uma analogia estarrecedora a “dor fantasma”, que é a situação em que um paciente após ser amputado ainda sente dores no local da amputação como se aquele órgão ainda existisse. Para o pesquisador, os Cerrados é um dos principais Domínios Morfoclimáticos ou Fitogeográficos, como nos sugere o Geógrafo Aziz Ab’Saber, que já não existem mais. Para ele, quando se fala dos Cerrados, na verdade está se pronunciando de um membro que já não existe, como no caso da “dor fantasma”.

---

<sup>8</sup> Palestra realizada no 1º Congresso da UFOB na palestra “Cerrado, a constelação do meio-dia” realizada no dia 28 de Outubro de 2021.



Diante dessa realidade do avanço legalizado do *front* da fronteira agrícola neoextrativista, das alterações ambientais já existentes, da inexistência de um número expressivo de unidades de conservação municipais, estaduais e federais compõem um cenário de alerta para a preservação e conservação ambiental.

Tudo isso ocorre nas áreas dos Cerrados, inclusive, nos municípios de São Desidério, BA e Formosa do Rio Preto Magalhães, bem como nas áreas do MATOPIBA. É diante deste contexto que é importante repensar o modelo de produção agrícola nas áreas dos Cerrados do Matopiba, o modelo de gestão territorial, as leis ambientais que permitem de forma descontextualizadas com a dinâmica das paisagens geoecológicas dos Cerrados a supressão homogênea de vegetações nas áreas de recarga, o deslocamento das áreas de reserva legais para à jusante das áreas de recarga (Lei Federal n 12.651/2012).

Diante também deste contexto, pode deduzir que o processo de modernização da agricultura nas áreas dos Cerrados na Bahia, Brasil se complexificou com a inserção da lógica pós-neoliberal e, mormente, com o neoextrativismo (SVAMPA, 2019). A fronteira agrícola que se expandia com os condomínios agrícolas e a produção de *commodities* agrícolas, passou a explorar em seu *front* outras *commodities* de exploração de energia fotovoltaicas (grandes parques produtivos), termelétricas e pequenas centrais hidrelétricas.

Essa tendência parece consolidar em 2017, quando mais de dois mil grandes agricultores se reúnem no “Workshop de Energias Renováveis no Agronegócio: Economia, sustentabilidade, segurança energética<sup>9</sup>”, conforme figura a seguir:

---

<sup>9</sup> <http://sindicatourallemba.com>. Acesso: 15/11/2021



Fonte: <http://sindicatorurallemba.com>. Acesso: 15/11/2021

De acordo com as informações do evento, foram apresentadas cinco alternativas para a produção de energias: energia solar, eólica, energia da biomassa, biogás e PCH/GCHs. A energia solar, principalmente a fotovoltaica, foi a mais enfatizada no Workshop. Para os organizadores do evento ficou evidente que, em virtude da alta radiação na região, seja no sistema on-grid (ligado à rede de transmissão) ou off-grid (sistemas isolados), a energia solar apresenta grande viabilidade para redução dos valores das contas de energia dos consumidores de pequena ou grande escalas, para geração distribuída em fazendas solares, ou bombeamento de água, inclusive para tocar sistemas de irrigação maiores, como pivôs centrais.

Essa tendência, recebeu também investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), esse setor agro-energias-negócios, (Rigonato & Almeida, 2019). Tal realidade fez propagar diversas fazendas de produção de energia fotovoltaicas. Infelizmente, todas sendo construídas dentro da lógica da monocultura, ao invés de explorar a diversidade para melhor aproveitamento das áreas de usinas de energia solares.

De modo geral, pode-se afirmar que essa hibridização de *commodities* impulsionada pela financeirização das terras, pela produção de grãos e, mais recente pela produção de energias ocasionaram a grilagem verde e o cercamento dos territórios vividos pelas comunidades tradicionais geraizeiras nos Cerrados baianos. Contudo, apesar de apontar para redução das alterações ambientais, há ainda a persistência da instalação das PCHs e de outros três modalidades de produção de energias.





Infelizmente, o agroenergias-negócios continua excludente socialmente e ecologicamente injusto, pois ao invés de auxiliar na minimização das desordens ambientais, parece apenas utilizar um verniz verde para ampliação dos lucros e maximização da exploração dos bens naturais dos Cerrados/Caatinga.

### **O CERCAMENTO DOS TERRITÓRIOS VIVIDOS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS GERAIZEIRAS**

O termo cercamento veio da linguagem utilizada pelas comunidades tradicionais geraizeiras que passou utilizá-lo depois da chegada das cercas de arame nas áreas dos Cerrados. Então, para eles o cercamento é o processo de cercar, de coibir a entrada, de impossibilitar o extrativismo e soltar o gado nas áreas remanescentes de vegetação nativa dos Cerrados.

O cercamento dos territórios vividos na mesorregião do Extremo Oeste da Bahia iniciou com a chegada das primeiras fazendas na década de 1960/1970. Ele ganhou força com o avanço do front da fronteira agrícolas nas áreas dos Cerrados, após a promulgação da Lei Federal nº 12.651/2012 (Novo Código Federal). Com essa nova lei, observa-se que o cercamento passou ocorrer devido a implantação dos condomínios de reservas nos fundos dos vales. Tal realidade território passou ocorrer em toda a mesorregião do Extremo Oeste da Bahia.

Geralmente os condomínios de reserva legais são instituídos pelos órgãos estaduais de meio ambiente, porém as terras de remanescentes de vegetação nativa dos Cerrados são posses das comunidades tradicionais Geraizeiras, quilombolas e indígenas. Essa aquisição, na maioria das vezes, institui-se a partir da grilagem verde das áreas dos territórios vividos das comunidades tradicionais.

No caso mais extremo de cercamento que ocorre aqui na mesorregião do Extremo Oeste da Bahia e que é muito emblemático das atrocidades que vem acontecendo no front da fronteira agrícola neoextrativista no MATOPIBA é o cercamento literal do direito de ir e vir com seguranças armadas da empresa Estrela Guia, contratada pelo condomínio Estrondo para imputar medo e terror sobre as comunidades de Gatos, Cacimbinha e Cachoeira do alto rio Preto. Tais ações, incluem sequestro de animais, de pessoas, tiros, ameaças armadas, construção de torres de segurança e valetas para impossibilitar o ir e



vir de animais (vacas), bem como das comunidades tradicionais geraizeiras. Tudo isso, nos leva a denominar de Agroterrorismo<sup>10</sup>.

Observa também que a grilagem verde e, mormente, o cercamento territorial ocorre devido o racismo ambiental que ainda é muito forte nos municípios que compõem a referida mesorregião. O racismo ambiental é também presente nos órgãos ambientais e territoriais do Estado da Bahia, o que dificulta a permanência deles até nos territórios já demarcados e titularizados. A título de exemplo: as comunidades são acusadas e até responsabilizadas pelos focos de fogo e pela destruição dos vales.

Todavia, como já foi discutido neste artigo, o cercamento engloba várias dimensões materiais e imateriais (objetivas e subjetivas) dos territórios vividos de forma direta e indireta, dentre elas destacam-se: acusações indevidas, perseguições dos técnicos do meio ambiente, diminuição da quantidade de água nas lavouras de rego, aumento dos pássaros que perderam os seus habitats no chapadões (Gerais), aumento da chamada mosca branca, redução das áreas de pastagens e das áreas de extrativismo de frutos, raízes e caules das espécies nativas dos Cerrados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recentemente o uso e ocupação das paisagens dos Cerrados e áreas de transição Cerrado/Caatinga estão relacionados com a expansão do agro-energias-negócios. Tal concepção fortalece não só pelo entendimento que a produção de commodities também é uma produção de energia alimentar enquanto derivas que iram produzir proteínas em outros países e regiões brasileiras, mas também pela expansão de projetos de produção de energias (Termelétricas, Fotovoltaicas, Pequenas Centrais Hidrelétrica PCHs) nas áreas de transição Cerrado/Caatinga). Essa última, com menor intensidade devido às resistências dos movimentos sociais, das populações tradicionais Geraizeiras e ribeirinhas, bem como a diminuição do nível dos rios, uso intensivo das águas subterrâneas para irrigação das lavouras e pelas mudanças climáticas.

Essas territorialidades do agro-energia-negócios interligadas com outras fontes de produção de energia, demonstram potencializar o avanço da fronteira agrícola nas áreas dos Cerrados baianos e áreas de transição do Cerrado/Caatinga. Muitos desses

---

<sup>10</sup> Termo pronunciado por mim durante a mesa redonda da ENANPEGE, 2021.



investimentos são financiados pelas políticas públicas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), também estão interligados à capitalização das terras ditas devolutas das áreas do front da fronteira agrícola das áreas dos Cerrados e, mormente do MATOPIBA. Tais áreas de terras devolutas, são muitas das vezes os territórios das populações tradicionais de populações geraizeiras e quilombolas.

Tais projetos, mesmo estando interligados à produção de energias renováveis, promovem o avanço da fronteira agrícola sem alterar a lógica de “terra arrasada”, ocasionando a destruição da biodiversidade, alterações do ciclo hidrológico e da dinâmica dos bens naturais do Cerrado. Eles trazem no seu bojo, o verniz verde da produção das chamadas energias limpas e sustentáveis, mas, estão conectados aos circuitos de capitais internacionais e nacionais interligados ao neoextrativismo, (SVAMPA, 2019).

Diante dessas novas territorialidades do capital nacional e internacional denota-se as r-existências das comunidades tradicionais geraizeiras tais como: fortalecimento da associação agroextrativista, transição agroecológica com quintais agroecológicos, produção de artesanato e produtos farmacêuticos e cosméticos para uso pessoal. Desse modo, fortalecem suas territorialidades em seus territórios vividos, na mesorregião do Extremo Oeste da Bahia e no MATOPIBA de forma reexistirem nos lugares e nas paisagens dos Cerrados baianos.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ALMEIDA, M. G. Uma leitura Etnogeográfica do Brasil Sertanejo. In: SERPA, A. (Org.) **Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 294- 313.

ALMEIDA, M.G Cultura Ecologica e Biodiversidade. **Revista MERCATOR**, 2003.

AUBERTIN, C. O surgimento do bioma Cerrado. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO v. 7 n.1 Abril/2013 p. 05-24.

BARBOSA, A. S. Elementos para entender a transposição do rio São Francisco. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 227. Jul/set. 2007.

BONO, J. A.M.; MACEDO, M.C.M.; TORMENA, C.A.; NANNI, M.R.; GOMES, E.P.; MÜLLER, M. M. L. Infiltração de água no solo em um latossolo vermelho da região sudoeste dos Cerrados com diferentes sistemas de uso e manejo. **Revista Brasileira de Ciências do Solos**, 2012 p. 1845-1853.

CUNHA, T. B. Do oculto ao visível: terra-água-trabalho e o conglomerado territorial do agrohidronegócio no Oeste da Bahia. (**Tese de Doutorado**). Presidente Prudente: [s.n.], 2017.

IBGE. CENSO AGROPECUÁRIO 2006: resultados. Rio de Janeiro: [s. n.], 2017.



IBGE. CENSO AGROPECUÁRIO 2017: resultados preliminares. Rio de Janeiro: [s. n.], 2017.

FREDERICO, S. **O novo tempo do Cerrado: Expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2010. GOMES, H. A Transposição do rio São Francisco: questões para o debate. Revista do Instituto Trópico Subúmido, v.2 Ed. UCG, Goiânia, 2012.

LIMA, J.E.F.W. Situação e perspectivas sobre as águas do Cerrado. **Ciência e Cultura**, v. 63, 2011. p. 27-29.

PORTO GONÇALVES, C. W. O Latifúndio Genético e a R-existência Indígena-Campesina. **GEOgraphia**, Vol. 4, N. 8 (2002) p. 1-15.

PORTO-GONÇALVES, W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

HAESBAERT, Rogério. **“Gaúchos no Nordeste: modernidade, Des-territorialização e Identidade”**. São Paulo. USP.FFLCH (Tese de Doutorado). 1995.

MAZZETO SILVA, Carlos E. **O Cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais**. Brasília: Confea, 2009.

MENDONÇA, M. A urdidura do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano (**Tese de Doutorado em Geografia**), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, Brasil. 2004.

RIGONATO, V. D. Por uma Geografia de/em transição: r-existência e (re)habitação dos Geraizeiros no médio vale do rio Guará, São Desidério, BA. (**Tese de Doutorado em Geografia**), Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia, Goiás, Brasil. 2017.

RIGONATO, Valney. D.; ALMEIDA, Maria G. de. R-existências dos Geraizeiros Baianos e o front do Agro-energias-negócios: comunidades geraizeiras no baixo vale do rio Guará, São Desidério, na mesorregião do Extremo Oeste da Bahia. In: SANTOS, J. L. de; FILHO, Eraldo S. R. de; SANTOS, Layani R. S (Org.) **Ajuste do capital no campo – questões conceituais e r-existências**. Aracaju. ArtNer Comunicação, 2019.

SILVA, J. A. A. (Coord). **OCódigo Florestal e a Ciência: Contribuições para o diálogo**. Organização Grupo de Trabalho do Código Florestal. 2.ed. rev. – São Paulo: SBPC, 2012.

SOBRINHO, J. S. de. Territorialização e desterritorialização dos camponeses geraizeiros do vale do rio Arrojado, Oeste da Bahia. In: ALVES, V. E. (Org.) **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 269-323.

SANO, Edson Eyji et al. Fronteira agrícola do Oeste baiano: considerações sobre os aspectos temporais e ambientais. **Geociência**, São Paulo, 5 out. 2010. Disponível em: . Acesso em: 17 set. 2021.

SPERA, S. A., GALFORD, G. L., COE, M. T., MACEDO, M. N., & MUSTARD, J. F. (2016). Land-Use Change Affects Water Recycling in Brazil's Last Agricultural Frontier. **Global Change Biology**. doi:10.1111/gcb.13298

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Tradução: Lígia Azevedo. Elefante Editora. São Paulo, 2019.